

OS “INIMIGOS DA PAZ”: ESTADO, IMPRENSA E A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS “PARTIDÁRIOS DA PAZ” NO BRASIL (1950-1956)

Jayme Fernandes Ribeiro¹

A Guerra Fria, declarada em fins da década de 1940 com o lançamento da doutrina Truman, abriu uma nova página na História. A disputa político-ideológica e militar entre as duas grandes potências daquele período (Estados Unidos e União Soviética) alterou, de maneira significativa, as bases das relações internacionais. O mundo foi marcado pela sombra de uma nova guerra mundial, que, em determinados momentos, pareceu realmente poder acontecer. As armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente, por não ser possível calcular suas proporções.

No início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se em diversas campanhas que, segundo seus dirigentes, tinham um único objetivo: salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário.

As campanhas de “luta pela paz”, como ficaram conhecidas, faziam parte do “Movimento pela Paz”. O movimento começou em agosto de 1948, quando se celebrou, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”. Além deles, o “Congresso Mundial da Federação Democrática das Mulheres”, em Budapeste no outono do mesmo ano, e, muito particularmente, o primeiro “Congresso Mundial dos Partidários da Paz”, realizado em Paris e em Praga, de 20 a 25 de abril de 1949, contribuíram grandemente para a divulgação e propagação do “Movimento pela Paz” em todo o mundo.

O “Apelo de Estocolmo”, como ficou conhecido, era o nome dado à “Campanha pela Proibição da Armas Atômicas” - a que obteve maior destaque, divulgação e participação dos comunistas brasileiros -, que, por sua vez, fazia parte do chamado “Movimento pela Paz”. O objetivo do “Apelo de Estocolmo” era coletar milhões de assinaturas, em diversos países, para serem enviadas à ONU, dirigindo seus esforços para a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial.

O “Movimento pela Paz” incluía outras campanhas, não apenas se restringindo à “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”. Apelos e protestos contra a

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <jaymelucio@uol.com.br>.

OTAN, contra a Guerra da Coréia, pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, contra a guerra atômica (Apelo de Viena), por um pacto de paz entre as cinco grandes potências (Apelo de Berlim) - a saber: Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França - estavam vinculados ao movimento maior da “Luta pela Paz”². Entretanto, a “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas” foi a que ganhou maior destaque. A luta pela proibição das bombas atômicas incorporou-se em outras campanhas, como as do “Apelo de Berlim” (1951) e do “Apelo de Viena” (1955), pois acreditavam os propugnadores das campanhas que, para garantir uma paz sólida e duradoura, o primeiro passo era proibir a utilização das armas atômicas em quaisquer guerras. Afirmavam que conseguiriam interditar a ação das armas atômicas, assim como foi proibida, no final da Primeira Grande Guerra, a utilização de gases venenosos em ações militares.

No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do “Apelo de Estocolmo”, cinco milhões para o “Apelo de Berlim” e dez milhões para o “Apelo de Viena”.

A primeira “Campanha” começou em março de 1950, quando foi lançado o “Apelo de Estocolmo” e terminou em 30 setembro do mesmo ano - data de entrega das cotas de todos os países participantes. Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar aos respectivos Congressos Mundiais da Paz. Assim, cada partido comunista deveria se empenhar ao máximo para atingir suas cotas. O PCB assumiu a tarefa, divulgando e propagandeando as “Campanhas”. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias: comícios-relâmpagos, emulações, festas, festivais, concursos, palestras, enterros simbólicos concernentes a uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, dramatizações sobre os efeitos das bombas atômicas jogadas sobre as cidades japonesas, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática e utilização de sua imprensa.

Não obstante, o objetivo deste artigo é mostrar que, mesmo os comunistas se dedicando à defesa da paz e utilizando um discurso não-revolucionário, o Estado brasileiro, através dos organismos de repressão, e os jornais da grande imprensa continuaram a persegui-los e a reprimir suas ações. Nesse sentido, o artigo se propõe a reconstituir e analisar a participação do Estado e da imprensa de referência no combate às idéias comunistas, às suas ações na sociedade e ao seu principal divulgador: o Partido Comunista do Brasil (PCB)³.

A imprensa não comunista retratava as campanhas de luta pela paz da União Soviética como uma enorme falsidade. Segundo relatos da imprensa, a URSS era

² Assim também era chamado o “Movimento pela Paz”.

³ Será utilizado o nome Partido Comunista do Brasil devido ao período compreendido pelo trabalho. Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista, e adotando a sigla PCB, somente em agosto de 1961 o Comitê Central do partido modifica os estatutos e sua denominação, passando, assim, a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro.

a verdadeira responsável pelas diversas tentativas infrutíferas de acordos internacionais de redução de armamentos, de controle da energia atômica e propostas de paz.

O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, pôe-se a condenar as campanhas organizadas pelo PCB e a persegui-las. O combate ao comunismo, após a ilegalidade do Partido, em 1947, estava na ordem do dia. O “Movimento pela Paz” e suas campanhas, dirigidos, veiculados e propagandeados pelo PCB foram duramente perseguidos e reprimidos. Importa ressaltar que o “Movimento pela Paz” e as campanhas que veiculavam não foram postos na ilegalidade. Como os comunistas eram os responsáveis pela sua divulgação e propaganda, assim como pela coleta de assinaturas, foram considerados, desse modo, “subversivos” e “perturbadores da ordem”, pelos dirigentes do governo brasileiro. Nesse caso, fazia-se necessário combatê-los. O jornal *A Hora*, num artigo publicado pelo próprio Departamento de Ordem Política e Social, revelava:

O Departamento de Ordem Política e Social expediu o seguinte comunicado:

*‘A lei n.o 1.207, de 25 de outubro de 1950, em seu artigo 1.o, exclui o direito de reunião, quando esta vise a prática de ato proibido. [...] Ora, a Constituição e seu autorizado intérprete, como é o Superior Tribunal Eleitoral, declara ilegal, inconstitucional, o funcionamento do Partido Comunista e, implicitamente, o de todas as organizações que lhe são filiadas’.*⁴

Assim, de acordo com a interpretação que faziam da lei, os órgãos de repressão passaram a combater os comunistas e suas campanhas em favor da paz. Já que o PCB era um partido ilegal, quando fosse comprovada a participação de seus membros em qualquer atividade política e social, lá estaria a lei, através de seus órgãos policiais, para fazer valer a Constituição e punir seus perturbadores.

Os órgãos encarregados do policiamento e da repressão às atividades dos militantes comunistas brasileiros conheciam bem os assuntos relativos ao “Movimento pela Paz” e as suas campanhas. O PCB, já em estado de ilegalidade, continuava a ser perseguido também nas campanhas que articulava e propagandeava. Segundo os departamentos de repressão do governo brasileiro, os comunistas apresentavam uma extrema “maleabilidade tática”, e a política externa soviética não se cansava em mostrar, mais uma vez, “ao mundo democrático” os “malabarismos do Kominform”⁵.

Em conclusão de sua exposição sobre as atividades “pacíficas” da União Soviética no mundo, o autor do documento enfatizou ainda que

⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Dossiê - DPS - Polícia Política, Dossiê nº 30.060.

⁵ Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional - Série Justiça/ Gabinete do Ministro. Panfletos Ij¹ 1367, nº 45, ano de 1949.

“o movimento ‘pró-paz’, visa na verdade, o desarmamento das consciências livres e a criação de um ambiente de confusão interna nos países democráticos. [...]”

É claro que o movimento ‘pró-paz’, é no fundo uma posição de guerra tão agressiva como o movimento ‘pró-soviético’ dos chefes comunistas. Os que aderiram a este movimento ou são tolos e irresponsáveis, ou, como os líderes comunistas, estão dispostos a trair conscientemente suas pátrias.

O movimento ‘pró-paz’ é um novo aspecto, mais sutil e por isto mais perigoso, da Quinta coluna bolchevista”.⁶

Dessa maneira, é possível notar que, para os dirigentes do governo brasileiro, a União Soviética lutava, sobretudo, para amortecer a consciência mundial em relação ao perigo do desenvolvimento do comunismo nos países capitalistas ocidentais, impedindo, assim, a união “*defensiva dos povos livres*”. Visava também a impedir a consolidação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para os representantes do governo brasileiro, as campanhas de luta pela paz da URSS não passavam de “*parte da propaganda comunista*”. Amplamente divulgadas pelos jornais da grande imprensa, as campanhas “*pró-paz*” eram apenas meios mais sutis de mascarar os verdadeiros interesses da URSS, que eram, exatamente, estabelecer um novo conflito mundial, levar o caos aos “*países livres e democráticos*”, impedir a reconstrução da Europa e implantar, através da revolução, sua ditadura comunista no maior número possível de países em todo o mundo.

De acordo com Mariani, durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos - a saber, valores baseados na ética dos direitos humanos: “*No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anticomunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista*”⁷. Importa ressaltar que proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente constituídos sempre impuseram o silenciamento ao PCB, procurando manter predominantes os fios discursivos que trançavam o predomínio de um certo sentido para os comunistas brasileiros: “*o comunista é um inimigo*”.

Ao longo de dezenas de anos, os comunistas foram vistos como inimigos. Verdadeiros “*inimigos da Pátria*”, “*inimigos do Brasil*”. Entretanto, tratava-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Segundo Mariani,

(...) eles são assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários. Em suma, são bárbaros. Como conseqüência, são inimigos jurados da ordem, das

⁶ Idem.

⁷ MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 18.

*instituições e da família brasileira. Por sua vez, o comunismo, um abismo de escravização, uma barbárie, é apresentado como crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social, mas também como ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina.*⁸

Durante décadas, foi sendo criado, na “*formação discursiva brasileira*”⁹, através do discurso jornalístico da grande imprensa, todo um imaginário negativo do comunismo e do ser comunista. Extrapolando o ideário da política e da economia, que são campos específicos da doutrina comunista, os adjetivos e significados atribuídos ao comunismo e aos comunistas perpassavam o âmbito da moral, da ética, do jurídico, da religião etc. Com isso, foi sendo criado todo um imaginário de crueldade e de escravização, que, sempre que convocado, mantinha-se e estendia-se sobre o vocabulário de natureza política e econômica. Ao longo dos anos, concomitante à criação do imaginário comunista como “*inimigo*”, como o “*outro indesejável*”, foi sendo criada uma rede de significados que descreviam e classificavam os comunistas como “*maus*”, “*desatinados*”, “*infelizes*”, “*ateus*”, “*agitadores extremistas*”, “*falsos*” e “*sedentos de poder*”. A denominação dos comunistas era inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das práticas históricas, tal como aconteciam, ou seja, a repressão político-partidária realizava-se concomitantemente à sua determinação negativa na linguagem jornalística. O poder do Estado e determinadas instituições da sociedade civil caminhavam juntos no combate aos comunistas, em suas práticas políticas e sociais, e a todo o ideário advindo do comunismo, elaborando um imaginário extremamente negativo, visando orientar a sociedade brasileira para um senso comum, no qual o comunismo - e seus defensores - não passava de um grande mal que deveria ser extirpado do seio social.

Nas mensagens veiculadas pelos jornais havia pouco ou quase nenhum espaço para a discussão política. Aliás, como demonstra Mariani, “*com ou sem os muitos períodos censórios, no discurso jornalístico há pouco espaço para as vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender. Apenas permanece ressoando evocativamente a ameaça do ‘perigo vermelho’*”¹⁰. Dessa maneira, no processo de produção de sentidos, veiculado pelos jornais, o PCB é direcionado para um lugar que apaga a polêmica política. Assim, o discurso jornalístico, que atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento, vai contribuir grandemente na negativização da doutrina política comunista. Postulando a existência do comunismo na forma assumida pela União Soviética, o discurso jornalístico da grande imprensa vai colaborar, sobretudo, para destinar atributos ao comunismo, mas não o definir.

⁸ MARIANI, O PCB e a imprensa..., p. 18. Grifo da autora.

⁹ Entende-se por *formação discursiva* “*aquilo que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um programa etc., a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada*”. HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul & PÉCHEUX, Michel. “*La sémantique et la coupure saussurienne; langue, langage, discours*”. *Langages*, vol. 6, n. 73, 1971, p. 93-106. Ver também: MARIANI, O PCB e a imprensa..., p. 31.

¹⁰ MARIANI, O PCB e a imprensa..., p. 31.

Por diversas vezes, pode-se observar que comunismo e comunista encontravam-se fora da ordem do político, tendo seu nome ligado a questões valorativas morais e religiosas.

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro e os jornais da grande imprensa, não passavam de uma “*farsa pacifista*”. Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. “*Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do ‘Petróleo é nosso’*”¹¹, relatava o agente repressor. Comparando a campanha do “Petróleo é nosso” com as campanhas em favor da paz, o autor do documento - A. D. C. - destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da “liberdade” e da “democracia” em nosso país.

Enfatizava-se ainda que, como a campanha do “Petróleo é nosso”, “*na superfície não aparecia nenhum líder comunista. Ao contrário, apareciam nomes absolutamente insuspeitos*”¹². Na verdade, através da análise das fontes comunistas, é possível verificar que os dirigentes do PCB, responsáveis pela divulgação e propagação das campanhas, visavam, a todo instante, provar que as campanhas das quais participavam não eram obras da União Soviética e não tinham, por conseqüência, nenhuma ligação com o Partido Comunista do Brasil. Constituíam apenas campanhas em que todos os “homens de boa vontade”, todas as pessoas de sentimento nobre deveriam lutar, justamente porque a causa era igualmente nobre: a paz para toda a humanidade. Com isso, os dirigentes comunistas pretendiam mostrar que o sentido do movimento e seu objetivo não tinham nenhuma relação com o comunismo. Consistia, nada menos, numa campanha pela preservação da paz mundial, assim como a campanha referente ao petróleo fora apenas um movimento em prol da defesa e nacionalização das jazidas brasileiras, em cuja frente, naquele momento, haviam-se colocado generais do Exército, congressistas, escritores, intelectuais etc. Entretanto, para o relator do documento entregue à Secretaria de Segurança Nacional, que assinava o nome apenas com as iniciais A. D. C., apesar de tentar colocar à frente uma maioria acima de qualquer suspeita quanto à simpatias ou à ligações comunistas,

*(...) os vermelhos estavam dentro do movimento e praticamente o dominavam. Eram eles que promoviam e davam público aos comícios e assembleias, e, uma vez feita a reunião, lá dentro eles agiam de acordo com as apuradas táticas de agitação do Partido, promovendo provocações que redundavam, freqüentemente, em conflitos, correrias, perturbações.*¹³

¹¹ Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional - Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij¹ 1367, n° 02, ano de 1949.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Ainda, segundo o autor do documento, além de fornecer-lhes temas de agitações e pretextos para reuniões,

*(...) tais movimentos proporcionaram-lhes os meios para manter os seus contatos e serviam e servem sempre os seus secretos objetivos. Porque, no caso do petróleo, por exemplo, cada reunião e cada comício resultavam sempre em manifestações contra o ‘imperialismo americano’, os ‘senhores da Wall Street’ e ‘seus agentes’ no Brasil.*¹⁴

Mais uma vez, destacou A. D. C.:

*O mesmo dar-se-á com o atual movimento denominado ‘em defesa da Cultura e da Paz’. Os comunistas não aparecem em nenhuma frase, não são eles que assinam e lançam os manifestos. Não são eles que presidirão as reuniões. E a defesa da Cultura e da Paz é algo em que toda a gente de boa fé e de bons sentimentos está empenhada, não parecendo ter nada de comum com o comunismo, nem com os Soviéticos.*¹⁵

Assim, torna-se fácil perceber que, para os dirigentes do governo brasileiro, foram os comunistas que inventaram o “Movimento pela Paz” e as campanhas subseqüentes, e assim o diziam constantemente. Eles, dessa forma, promoveram todos os movimentos em favor da paz, encarregaram-se de sua propaganda, encheram as assembléias, deram público aos comícios, decidiram a hora certa de votar moções e manifestos, além de terem convertido tudo numa ofensiva contra as medidas de defesa e prevenção que os países do ocidente tinham tomado para enfrentar a União Soviética e o avanço dos ideais comunistas em todo o mundo. Contudo, a “campanha pacifista soviética” já era esperada pelo governo brasileiro, uma vez que o PCB, posto na ilegalidade no governo Dutra, precisava manter-se na vida política do país. A União Soviética, desse modo, em disputa com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, lançava uma nova linha política a ser seguida pelos partidos comunistas do mundo inteiro, a fim de retardarem, ou até mesmo evitarem a perseguição política e policial nos países capitalistas ocidentais aliados aos EUA. O chamado “Movimento pela Paz” não passava, para os dirigentes políticos desses países, de simples e astuciosas transformações da estratégia soviética.

De acordo com o agente repressor, major Aduino Esmeraldo, representante do Exército no Departamento de Ordem Política e Social, a paz é um desejo de todas as pessoas, e o mundo ocidental estava ativo e vigilante na busca desse objetivo, construindo as forças que visavam esmagar o perigoso inimigo que ameaçava o mundo com uma nova guerra. Por isso, explicitava Esmeraldo,

(...) como o bandido que sorrateiramente espreita o sertanejo pacífico e desarmado para aniquilar-lhe a família e os haveres, assim também a União Soviética deseja lançar-se contra os desprevenidos países do

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

*ocidente e sujeitá-los as duras condições que imperam nas regiões já escravizadas por ela.*¹⁶

Deve-se destacar, no entanto, que da maneira que os comunistas procuravam desmascarar os Estados Unidos como os verdadeiros causadores e iniciadores de um novo conflito mundial e como os reais escravizadores da humanidade, através de seu imperialismo, os representantes do governo brasileiro faziam-no da mesma forma.

Utilizavam-se, também e inúmeras vezes, dos mesmos argumentos, fazendo nitidamente a oposição Bem *versus* Mal. Quando de posse dos comunistas, os EUA representavam o mal. Do contrário, a URSS encarnaria as malignas forças.

Assim, segue o major, retratando as modificações na estratégia político-militar da União Soviética: “na impossibilidade atual de operar contra tais adversários, que ainda são relativamente fortes, ela se lança agora numa outra espécie de ofensiva, a da paz, precursora das operações realmente militares”¹⁷. Munido de fortes argumentos, o major Esmeraldo, procurava mostrar que por trás da política pacifista da URSS estava, sem a menor dúvida, uma política agressiva da “quinta coluna soviética”, uma real política de guerra. Da mesma maneira, um artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em abril de 1949, intitulado: “A FARSA PACIFISTA”, revelava:

*Lançado na ilegalidade, o Partido Comunista, para não desaparecer, precisava de temas de agitação, e, não podendo aparecer a frente de nenhum movimento para não se denunciar, coloca-se sempre por trás de uma categoria especialmente numerosa dos ingênuos e a dos ‘inocentes úteis’.*¹⁸

Dessa forma, e percebendo o que, de certa maneira, ocorria, o artigo mostrava a necessidade de o PCB continuar participando da vida política do país. Como destacou o militante comunista Moisés Vinhas, o que impedia os comunistas de desaparecer como força política efetiva era “*provavelmente sua participação em campanhas pela paz, contra a bomba atômica, na qual conseguem reunir milhares de assinaturas*”¹⁹. Dessa maneira, afirmou o militante essas campanhas mantinham “*algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país*”²⁰.

A “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, assim como todo o “Movimento pela Paz”, foi, principalmente sob o governo Dutra, duramente perseguida e reprimida. A grande imprensa anunciava, cada vez mais, que a União Soviética era um “obstáculo intransponível” no que concernia às questões relativas a um acordo de paz internacional.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 abr. 1949, p. 1.

¹⁹ VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982, p. 96.

²⁰ VINHAS, *O Partidão...*, p. 96.

O *Jornal*, em abril de 1950, publicou um artigo de primeira página intitulado “CAMPANHA MUNDIAL PELA VERDADE CONTRA O COMUNISMO”²¹. O artigo preocupava-se em demonstrar o apelo do presidente dos Estados Unidos à imprensa dos “países livres” em prol de uma campanha de divulgação da realidade democrática em todo o mundo. Num discurso pronunciado perante à Sociedade Americana de Diretores de Jornais, Truman apelou para a imprensa no sentido de que lhe ajudasse a derrubar ou transpor as barreiras que se levantaram às “comunicações livres no mundo”. Era necessária uma “campanha pela verdade, contra a propaganda russa”²². Nas palavras do presidente, “se não conseguirmos fazer chegar histórias genuínas aos outros países, perderemos, por falta de ação, a batalha pela conquista da mentalidade humana”²³.

Não sem razão, Baczko revela que o domínio do simbólico é extremamente importante para que um grupo ou classe social possua, de maneira eficaz, o controle sobre determinado grupo. Para o autor, “é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões”²⁴. O controle do simbólico mostra-se grandemente relevante para o controle efetivo daqueles que se quer dominar. Merece destacar que os símbolos só são eficazes quando assentados numa “comunidade de imaginação”. Se essa não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas. Analisando a questão da Guerra Fria, tal comunidade não apenas existia, como também impulsionava a fabricação de valores, crenças e idéias que povoavam o imaginário de todos aqueles que viveram direta ou indiretamente a disputa política na arena internacional. Ambos os antagonistas, cada qual à sua maneira, procuravam fabricar os seus mitos e estabelecer as suas verdades. Não apenas disputavam o controle de determinados países e/ou regiões de influência, mas também o controle do imaginário social. Concomitante a disputa por bens materiais, disputavam acirradamente bens simbólicos, imateriais, porém, não menos reais e importantes. A preponderância na veiculação de imaginários e no seu controle era de extrema relevância. Com isso, podiam passar ao mundo seu modo de vida, seu modelo político e econômico. Enfim, toda uma série de valores e crenças que podiam auxiliar na conquista de novos aliados políticos, parceiros econômicos e novas áreas de influência.

É a partir dessas indicações teóricas que interpretamos a fala de Truman:

Em toda a parte onde a propaganda do totalitarismo comunista for divulgada, temos de enfrentá-la e vencê-la, com informações honestas sobre a liberdade e a democracia. (...) Em muitos países, atualmente, os jornais só publicam do exterior o noticiário que o governo lhes

²¹ O *Jornal*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1950, p. 1.

²² O *Jornal*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1950, p. 1.

²³ O *Jornal*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1950, p. 1.

²⁴ BACZKO, Bronislaw (a). “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi - Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 324.

*permite. Nada podem acrescentar ou cortar. Nas democracias os jornais gozam de total liberdade.*²⁵

O presidente dos Estados Unidos mostrava sua preocupação quanto ao desenvolvimento da propaganda comunista nos países capitalistas ocidentais e no seu próprio. Para ele, tal propaganda, no mundo inteiro, consistia em falsidades, distorções e mentiras. Assim, fazia-se necessário impedi-las, no intuito de não comprometerem a política externa de seu país e, sobretudo, não servirem a objetivos políticos domésticos. Concluindo seu discurso, Truman revelou:

*Sabemos como são falsas essas promessas comunistas, mas não nos basta saber disso. (...) Esse esforço requererá a imaginação e a energia de grupos e indivíduos particulares. Precisaremos, para atingir o objetivo colimado, recorrer a todos os meios oficiais e privados que até agora se mostraram eficientes, e descobrir e empregar novos meios.*²⁶

Pode-se notar, através da análise das fontes, que o objetivo principal era revelar a verdadeira face do inimigo e suas reais aspirações, ao mesmo tempo em que constituía-se a sua própria. Segundo Bethania Mariani, “no campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes etc. Assim sendo, na imprensa de referência não pode haver espaço para os dizeres comunistas”²⁷. Dessa forma, o discurso jornalístico vai atender a disjunção Bem versus Mal, construída em torno da moralidade ocidental cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis - que, no dizer de Mariani, “o sentido, o bom sentido, o sentido comum, o consenso”²⁸ - daquilo que não faz sentido. E o que não faz sentido, proibido e impossível, é o que não está adequado à ética e/ou à moralidade judaico-cristã, isto é, o comunismo.

Assim, o discurso dos jornais da grande imprensa procurava atuar na constituição da figura do PCB no imaginário ocidental e, mais especificamente, do comunista como o *outro* inimigo. Com isso, o reconhecimento do comunista como “Outro”, em vez de propiciar a sua assimilação ao discurso do direito à diferença, produziu sua assimilação para o campo do Mal, do “mau Outro”. Como destaca Mariani, “contra esse inimigo-estrangeiro-outro se reafirma a docilidade, a cordialidade, a religiosidade cristã do brasileiro”²⁹. Quem fugisse a essa lógica seria considerado um “mau brasileiro”, um “traidor” da pátria. Assim, ao se negar o comunismo, por inseri-lo no campo do “Outro” - do “mau Outro”, do inimigo dos valores ocidentais e cristãos -, reafirmava-se, cada vez mais, uma identidade brasileira no campo do “Mesmo”, do consenso, do bom senso, enfim, do imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, sem dúvida, relacionada à confirmação

²⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1950, p. 1.

²⁶ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1950, p. 1.

²⁷ MARIANI, *O PCB e a imprensa...*, p. 86.

²⁸ MARIANI, *O PCB e a imprensa...*, p. 86.

²⁹ MARIANI, *O PCB e a imprensa...*, p. 90.

do modelo ocidental. Dessa maneira, enfatiza a autora, “a situação da exclusão do comunismo como outro indesejável, mas necessário à afirmação do mesmo, também se encontra reiterada na grande maioria dos artigos assinados, bem como nas vozes que são citadas pelos jornais”³⁰.

Controlar os meios de construção dos imaginários sociais tornava-se de extrema importância, assim como utilizar os mesmos métodos do inimigo na elaboração de imaginários. Mas, não apenas isso. Havia a necessidade de elaboração de novos e mais sofisticados métodos de produção e divulgação desses mesmos imaginários, a fim de garantirem o sucesso e a aceitação de uma ideologia. O caminho a escolher era o dos pares antagônicos: Correto *versus* Incorreto, Livre *versus* Escravo, Bem *versus* Mal. Haja vista que o PCB fora posto na ilegalidade, o comunismo perseguido em âmbito internacional pela política externa dos Estados Unidos e o contexto, cada vez mais acirrado, da Guerra Fria, verificava-se a necessidade de perseguir os militantes comunistas e simpatizantes em todas as atividades e manifestações a que se dirigiam. Não foi diferente em relação às campanhas do “Movimento pela Paz”. Segundo os relatos da imprensa não comunista,

*(...) o Kominform ordenou aos comunistas de todo o mundo o lançamento de uma campanha contra a bomba atômica. Estão angariando por toda parte assinaturas para um demonstração colossal de hostilidade ao emprego das armas à base de energia nuclear, na hipótese de uma guerra.*³¹

Para a grande imprensa, é claro, as campanhas de “luta pela paz” faziam parte da estratégia imperialista comunista de avançar suas áreas de influência pelo mundo. Evidentemente, dizia o periódico, os comunistas iriam recolher um número elevado de assinaturas. Havia milhões de pessoas que viam na bomba atômica, antes de tudo, o elemento de destruição em massa, capaz de aniquilar cidades inteiras e até países, com um grande furor. Entretanto, salienta o artigo,

*(...) a adesão dos democratas ao movimento encomendado pelo Kominform não pode nem deve traduzir uma atitude de incompreensão em face de um problema que só existe porque a União Soviética se tem recusado sistematicamente a contribuir para a sua resolução.*³²

O alerta deveria ser dado antes que os “milhões de democratas” fizessem assinar as listas comunistas. Analisando o artigo intitulado “A verdadeira causa”, pode-se notar que os países detentores dos segredos atômicos e/ou já fabricantes da bomba eram os verdadeiros dispostos a encontrarem uma saída pacífica para o mundo na disputa da Guerra Fria. Por diversas vezes tinham se dirigido à URSS no sentido de obter um acordo que suprimisse as armas atômicas, através do único meio capaz de consegui-lo: o do controle internacional. Todavia, o país dos soviéticos não

³⁰ MARIANI, O PCB e a imprensa..., p. 90.

³¹ O Jornal, Rio de Janeiro, 30 mai. 1950, p. 2.

³² O Jornal, Rio de Janeiro, 30 mai. 1950, p. 2.

concordaria com nenhuma das proposições feitas pelos Estados Unidos. As propostas, feitas pelos norte-americanos, giravam em torno de dois pontos comuns: a não fabricação de armas atômicas e a eliminação dos arsenais existentes até aquele momento. Importa ressaltar que os pontos destacados na proposta norte-americana também se encontravam no Apelo de Estocolmo. Os EUA, como afirmou o artigo, tinham a resposta para a não aceitação das propostas pacifistas. Com isso, demonstravam: *“Por que não aceita a Rússia a fórmula preparada e apresentada pelas Nações Unidas? Porque neste assunto, como em tantos outros, não está agindo de boa fé e sim levada exclusivamente pelos seus interesses imperialistas”*³³. Assim, podia-se perceber, através da análise das fontes não comunistas, que era sempre pensando na sua conveniência que o Kominform, inteiramente a serviço do imperialismo soviético, lançava movimentos e campanhas daquela natureza. Podia-se ver, nas campanhas pacifistas soviéticas, mais do que o generoso desejo de evitar para a humanidade as destruições em massa, ocasionadas pelo uso do petardo atômico, mas, sim, a revolução social nos países capitalistas ocidentais e o aumento da influência comunista pelo mundo.

De acordo com o referido artigo, *“talvez a causa mais provável e certa da atitude do Kominform contra a bomba atômica seja a verificação pela Rússia da impossibilidade material de competir com o ocidente no número e na qualidade das armas de energia nuclear”*³⁴. Com isso, havendo a impossibilidade de competir com os EUA na corrida pela produção de armas atômicas - no caso, um fato verdadeiro -, uma das principais causas do “Apelo de Estocolmo”, era obter o controle da corrida armamentista, retardando ou, até mesmo, barrando o avanço das pesquisas nucleares norte-americanas e podendo, assim, causar, na opinião pública internacional, um choque de tal maneira significativo que pudesse pôr fim a utilização dos arsenais atômicos existentes e proibisse sua fabricação. Desse modo, torna-se bastante relevante destacar tal necessidade de controle por parte do governo soviético.

Os gastos da União Soviética com armamentos eram verdadeiramente grandiosos. Os objetivos prioritários do IV Plano Quinquenal, previstos para o período de 1946 a 1950, estavam direcionados a questões de reconstrução e defesa. Os setores da indústria de base, relacionados direta ou indiretamente aos setores bélicos, foram os que mais receberam investimentos. Como salienta Reis Filho, *“no quinquênio, 87, 9% dos investimentos direcionavam-se nesse sentido, contra apenas 12,1% para os setores de produção de bens de consumo, incluindo construção civil e alimentos”*³⁵. Da mesma forma, Thompson afirma que o setor de armamentos concentrou *“uma proporção significativamente superior dos físicos, engenheiros, químicos, matemáticos, especialistas em eletrônica e cibernética mais qualificados do país”*³⁶. Os efetivos das Forças Armadas, entre 1948 e 1955,

³³ O *Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1950, p. 2.

³⁴ O *Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1950, p. 2.

³⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 172.

³⁶ THOMPSON, Edward (org.). *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 40.

“chegaram a duplicar, aumentando de 2,874 milhões para 5,763 milhões de homens”³⁷. Outro sinal relevante da política orçamentária de investimentos da URSS era de que “enquanto as despesas totais do Estado, entre 1950 e 1952, cresciam menos de 15%, as militares aumentavam em quase 45%”³⁸. Para se ter uma idéia de quanto a corrida armamentista pesava nos cofres do governo soviético, Rudolf Bahro revela:

*Dado um produto total que é menos da metade dos EUA, uma produtividade ainda mais inferior e a integração muitíssimo menos favorável do setor militar no conjunto da economia, a União Soviética, com sua população mais pobre, tem de gastar pelo menos uma proporção duas vezes maior da sua renda para se manter na corrida armamentista.*³⁹

Assim, durante os anos da Guerra Fria, percebe-se que o andamento da tecnologia soviética de armamentos, segundo diversos historiadores, foi, em grande medida, regulado pela sua concorrente norte-americana. Nesse sentido, ocorreu a abertura de um enorme fosso entre o modelo tecnológico de armamentos e a própria sociedade civil. Com isso, diz Thompson, “no Leste, uma economia de guerra diminui e distorce a direção do crescimento, e gera escassez de recursos e qualificações”⁴⁰.

Dessa maneira, é possível notar as dificuldades que a URSS encontrava para se manter na corrida armamentista. Para isso, era preciso descobrir um meio de controlá-la. O “Movimento pela Paz” e as campanhas nele inseridas, sobretudo a “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas”, mostravam-se como uma tentativa de controle da referida corrida. Entretanto, mesmo em alguns momentos da Guerra Fria a União Soviética tendo conseguido a paridade em determinados armamentos, como relata Bahro, “sempre se manteve atrasada na tecnologia militar”⁴¹. Da mesma maneira, acrescenta Thompson, “o incremento dos armamentos americanos é mais ativo e inovativo, o incremento soviético é mais reativo, imitativo, na forma de modificações ‘continuadas’”⁴². Mas é preciso, também, relativizar essa questão. Havia, no mundo inteiro, e sobretudo na União Soviética, aspirações imensas pela paz. As estimativas das perdas de vidas humanas atestam um quadro verdadeiramente impressionante. A Segunda Guerra Mundial, no seu conjunto, afetou, de maneira incontestável, a vida do continente europeu. No entanto, nenhum outro país seria afetado de modo tão catastrófico quanto a URSS. Segundo Reis Filho, “enquanto a União Soviética perdeu 20 milhões de habitantes, entre civis e militares, Estados Unidos, Inglaterra e França, reunidos, tiveram perdas de cerca de 1,3 milhão de pessoas”⁴³. Como relata o historiador,

³⁷ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 175.

³⁸ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 175.

³⁹ BAHRO, Rudolf. “Uma nova abordagem para o movimento pacifista na Alemanha”. In: THOMPSON, *Exterminismo...*, p. 114.

⁴⁰ THOMPSON, *Exterminismo...*, p. 49.

⁴¹ BAHRO, “Uma nova abordagem...”, p. 114.

⁴² THOMPSON, *Exterminismo...*, p. 22.

⁴³ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 153.

(...) os soviéticos, após o conflito, classificaram 1.710 cidades e cerca de 70 mil aldeias como destruídas, quase metade do espaço urbano, 1,2 milhão de habitações urbanas e 3,5 milhões de habitações rurais gravemente avariadas ou simplesmente riscadas do mapa. A infraestrutura de transporte e comunicações foi violentamente abalada: perdas totais ou graves avarias foram registradas em 65 mil quilômetros de trilhos, 15.800 locomotivas, 428 mil vagões, 4.280 barcos e em metade de todas as pontes nos territórios ocupados. O gado equino perdeu dois terços do seu estoque, o suíno quase 85%.⁴⁴

Os dados, em todos os níveis, eram sombrios. A vitória na Segunda Guerra Mundial fora conquistada. Contudo, a um custo extraordinariamente elevado. Para Reis Filho, “este custo marcaria a sociedade por gerações, de uma forma irremediável, acrescentando traumas e patologias inenarráveis”⁴⁵. Ainda, segundo o autor, “em meados dos anos 50, mais de dez anos após o fim da guerra, muitas regiões na URSS ainda não haviam recuperado os níveis demográficos de 1940”⁴⁶. Dessa maneira, é possível perceber que uma coexistência pacífica, a longo prazo, era um fator que agradava não apenas a população soviética, mas, de igual forma, a opinião pública internacional. Como salienta Reis Filho, “nunca, talvez, a URSS conheceu, de forma tão generalizada e profunda, tal anseio e confiança numa paz duradoura. Um senso comum”⁴⁷.

Importa ressaltar que, mesmo nos Estados Unidos, foi preciso um grande esforço para mobilizar a sua população, durante a Guerra Fria, contra a União Soviética. Vale lembrar que os soviéticos haviam sido um importante aliado na luta contra o nazismo e saíram da Segunda Guerra Mundial com grande prestígio internacional. Assim, não se pode dizer que o “Movimento pela Paz” e as campanhas por ele desenvolvidas foram apenas chamamentos à paz, sem nenhum respaldo das populações, que foram criados apenas como manobra da URSS para conter o avanço das pesquisas nucleares norte-americanas e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, como vão dizer os governos capitalistas, aliados dos Estados Unidos durante a disputa da Guerra Fria. Não se pode ver as campanhas do “Movimento pela Paz” de uma maneira simplista e maniqueísta, como se fosse um jogo de cena do governo soviético, querendo apenas conquistar mais áreas de influência e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, ou, ainda, ganhar tempo para equiparar-se aos EUA na corrida armamentista. Mesmo havendo a necessidade de controlar a corrida armamentista por parte da União Soviética, havia, também, clamores pela paz que se mostravam expressivos em diversos países, e que contribuíam grandemente para a divulgação e propagação das campanhas pacifistas.

Entretanto, é preciso relativizar algumas questões quanto ao “pacifismo” soviético do período. Torna-se extremamente importante destacar que há uma grande

⁴⁴ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 153.

⁴⁵ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 153.

⁴⁶ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 153.

⁴⁷ REIS FILHO, *Uma revolução...*, p. 155.

diferença entre pacifismo e luta pela paz. Uma coisa é o pacifismo de Gandhi, outra coisa é dizer que a linha política da União Soviética sob Stálin era pacifista. Além disso, a linha pacifista, inspirada por Nikita Krushev, somente teria sua afirmação depois da morte de Stálin. Desse modo, é possível dizer que a URSS, sob Stálin, utilizava-se do discurso pacifista, associando-o a sua imagem, reivindicando a proibição das armas atômicas e a destruição dos arsenais existentes até aquele momento, ao mesmo tempo em que avançava nas suas pesquisas belicistas e nucleares.

Considerações finais

Ao longo dos anos da Guerra Fria, embora a URSS tenha chegado próximo dos EUA, e até mesmo conquistado à paridade em algumas áreas do campo militar, como fazia questão de poder afirmar, em termos reais, diz Hobsbawm que “o poder americano, ao contrário de seu prestígio, continuava decisivamente maior que o soviético”⁴⁸.

Os jornais da grande imprensa revelavam, também, que a arma atômica de posse dos países ocidentais, principalmente nas mãos dos Estados Unidos, era um grande fator de segurança. De acordo com o artigo,

*(...) basta lembrar um fato único: em 1946 e 1947, a União Soviética só não atacou os povos do oeste, pelo temor da bomba atômica. Foi a certeza de que os Estados Unidos não duvidariam, um instante, em empregá-la contra objetivos russos que salvou a Europa da escravidão vermelha.*⁴⁹

Além disso, o pacifismo soviético devia ser encarado com total desconfiança, pois a história se encarregava de comprovar as suas atitudes contraditórias e seus falsos projetos de paz. Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, os comunistas realizaram um acordo de paz em separado com a Alemanha de Hitler. Os líderes de Estado do mundo inteiro não se esqueceram disso. De acordo com a imprensa não comunista,

*(...) que disse, à essa época, a imprensa comunista? Que o pacto germano-soviético era um instrumento de paz! A humanidade sabe agora de que paz se tratava. É por tê-la visto, que não pode agora esquecê-lo nem escutar o pacifismo suspeito dos ‘partidários da paz’ de Estocolmo.*⁵⁰

Assim, para a imprensa não comunista e para o governo brasileiro, o “Movimento pela Paz” e suas campanhas não passavam de simples manobras da propaganda soviética, de uma simplória mudança tática dos comunistas para levar a cabo a derrocada do sistema capitalista nos países ocidentais e implantar, em seu lugar,

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 243.

⁴⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, p. 2.

⁵⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, p. 2. Refere-se ao “Apelo de Estocolmo”.

um governo ditatorial, tal qual o da União Soviética. No entanto, mesmo sob intensa repressão política e policial do governo brasileiro, sobretudo durante o governo Dutra, cujas perseguições, espancamentos e prisões arbitrárias estavam na ordem do dia, os comunistas continuaram firmes no propósito de colher assinaturas.

RESUMO

Durante a Guerra Fria, as armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente, por não ser possível calcular suas proporções. Os comunistas brasileiros, por sua vez, lançaram-se em diversas campanhas de luta pela paz, organizadas, articuladas e propagandeadas pelo PCB. No entanto, o governo brasileiro e a imprensa não comunista, inseridos na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, põem-se a condenar as campanhas organizadas pelo PCB e a persegui-las.

Palavras-Chave: Comunismo; Repressão; Paz.

ABSTRACT

During the Cold War, the nuclear weapons would intensify much more the fear of an international conflict, especially because it isn't possible to calculate the proportions. The Brazilian communists, organized, articulated and propagated by PCB dedicated themselves in different campaigns of fighting for peace. Meanwhile, Brazilian government and the anti-communist press, inserted in the political Cold War and supported by the decisions of the North American diplomacy, began to condemn the campaigns organized by PCB and started to persecute them.

Keywords: Communism; Repression; Peace.